



CIES e-Working Paper N.º 148/2013

**Políticas de desenvolvimento e cultura em pequenas e médias cidades europeias: Questões metodológicas na análise comparativa de estudos de caso**

Elisabete Caldeira Neto Tomaz

*CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)*

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, [cies@iscte.pt](mailto:cies@iscte.pt)

**Elisabete Tomaz** é bolsista de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, sendo o CIES-IUL a sua instituição de acolhimento. Tem participado em vários projetos de investigação transnacional no âmbito das políticas de desenvolvimento urbano, e em particular sobre as políticas culturais e estratégias criativas que estão a ser desenvolvidas em cidades europeias. É licenciada em Design de Comunicação pela Faculdade de Belas Artes de Lisboa e obteve o grau de mestre em Ciências da Comunicação, variante de Comunicação e Industrias Culturais pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

## **Resumo**

O presente *e-working paper* visa refletir acerca dos principais desafios metodológicos levantados na análise comparativa de estudos de caso enquanto estratégia metodológica para o estudo das políticas de desenvolvimento e de cultura em pequenas e médias cidades europeias. Partindo dos contributos teórico-metodológicos debatidos no âmbito da sociologia e dos estudos urbanos, procura-se apresentar o quadro teórico-prático que orientará a pesquisa empírica de modo a proceder a comparações significativas em contextos distintos e consequentemente contribuir para revelar aspetos únicos ou regularidades sobre os processos políticos onde a cultura tem assumido um papel preponderante decorrente da agenda urbana europeia.

**Palavras-chave:** análise comparativa, estudos de caso, políticas de desenvolvimento e de cultura.

## **Abstract**

This e-working paper aims to discuss about the main methodological challenges arising from the comparative analysis of case studies as a methodological strategy for the study of development and cultural policies in small and medium-sized European cities. Starting from theoretical and methodological contributions discussed within sociology and urban studies, it seeks to present the theoretical and practical framework that will guide empirical research in order to make meaningful comparisons in different contexts. And thus, to contribute to reveal unique aspects or regularities on political processes where culture has taken a lead role due to European urban agenda.

**Keywords:** comparative analysis, case studies, development and cultural policies.

## **1. Introdução**

O método comparativo encontra-se, estreitamente, ligado à própria constituição da disciplina sociológica, embora existindo posições diferenciadas acerca dos seus principais problemas metodológicos (Peters, 1998; Mills *et al*, 2006).

Como referem King, Keohane, e Verba (1994), todas as metodologias têm limitações, razão pela qual os investigadores devem estar conscientes dos limites mas, também, das vantagens que possam resultar da escolha de determinado método. Nos últimos anos, a pesquisa comparativa ganhou um renovado interesse no âmbito dos estudos urbanos devido à complexificação dos fenómenos que afetam as cidades mas, também, à maior facilidade no acesso e tratamento de dados, em resultado dos avanços tecnológicos.

Partindo da reflexão de alguns autores acerca dos problemas metodológicos que podem surgir em qualquer pesquisa comparada, apresentar-se-ão, aqui, algumas questões específicas relativas ao estudo das políticas urbanas de desenvolvimento em diferentes cidades europeias. É dado um maior enfoque à abordagem comparativa de estudos de casos em virtude do interesse em perceber semelhanças e diferenças em contextos distintos, no quadro das políticas europeias, e da necessidade de refletir aprofundadamente sobre um fenómeno tão complexo e com inúmeras variáveis.

Por fim, em consequência da crescente centralidade da cultura, nas cidades e no campo das políticas de desenvolvimento, procurar-se-á responder às questões metodológicas, previamente colocadas, de modo a conduzir a análise comparativa sobre o papel da cultura nas estratégias de desenvolvimento de pequenas e médias cidades europeias a desenvolver no âmbito do Doutoramento de Sociologia.

## **2. Os desafios da pesquisa comparativa**

O uso da comparação remonta à Antiguidade Grega e está, intrinsecamente, ligado à constituição da própria disciplina sociológica, pela mão dos seus fundadores. No entanto, a reflexão acerca desta, enquanto estratégia metodológica, surge sobretudo a partir dos finais dos anos 60, princípios dos anos 70, do século passado, no interior da ciência política (ver por exemplo Smelser, 1966, 1976; Lijphart, 1971; Przeworski e Teune, 1970; Sartori, 1970; etc).

Num artigo recorrentemente referido “Comparative Politics and the Comparative Method” (1971), o autor, Arend Lijphart, parte da reflexão de Neil J. Smelser (1966), para discorrer acerca dos diferentes métodos científicos. Para Lijphart, o método comparativo seria o mais apropriado, especialmente quando existem meios de pesquisa limitados, para descobrir empiricamente as relações entre as variáveis num número reduzido de casos (*small-N analysis*). O autor distingui-o do método estatístico que, por sua vez, permite a análise quantitativa de uma grande quantidade de dados (*large-N analysis*). Um dos principais desafios metodológicos do método comparativo é, no entanto, precisamente o facto de a análise incidir num pequeno número de casos e muitas variáveis (*many variables, small N*), aumentando a dificuldade de controlo das variáveis explicativas e conduzindo, assim, a um menor grau de certeza nas relações encontradas.

Para Charles Ragin (1987)<sup>1</sup> a opção por um número limitado de casos advém do próprio objetivo do método comparativo, ou seja, captar a diversidade constitutiva do fenómeno, sendo particularmente apropriado para desvendar as diferentes condições causais que produzem resultados diversos. Já David Collier (1991) considera que a seleção de um número pequeno de casos se deve à complexidade dos problemas de investigação e à dificuldade de criar indicadores mensuráveis e válidos em contextos diferenciados.

A comparação de um número reduzido de casos, apesar de limitar a capacidade de fazer amplas generalizações empíricas, permite obter informações contextuais mais minuciosas e pode contribuir, igualmente, para a descoberta de processos relacionais ou mecanismos causais entre eles (Pierre, 2005). A extensão de casos a investigar está, assim, diretamente relacionada com o grau de abstração e de detalhe que se pretende, e consequentemente com a pergunta de pesquisa. Conforme afirma Todd Landman (2003) (ver fig. 1) em relação aos estudos comparativos transnacionais, quanto maior for o número de países a incluir na pesquisa, maior é o grau de abstração dos conceitos a utilizar.

---

<sup>1</sup> Ver também Ragin e Becker, 1992.

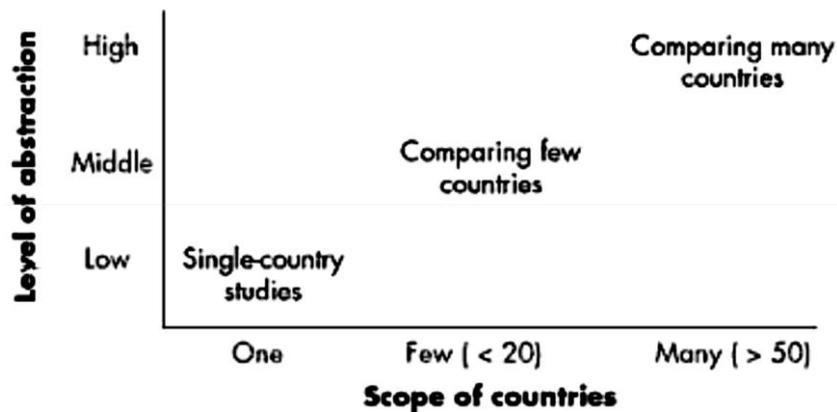


Figura 1 Métodos de Comparação (Landman, 2003)

De um modo geral, a análise comparativa tem como objetivo identificar as semelhanças, diferenças ou a relação entre entidades distintas (Mills, 2008) ou ainda, de uma, ou mais, propriedades dos objetos a estudar (Sartori, 1994). O exame dessas semelhanças e diferenças pode levar à determinação das causas de um dado fenómeno (Ragin, 1981), ou contribuir para a avaliação de explicações alternativas (Collier, 1991). Por outras palavras, possibilita a compreensão, explicação, interpretação, verificação ou falsificação, de generalizações (Sartori, 1991).

O entendimento da comparação enquanto método implica que a análise seja conduzida de forma sistemática, o que obriga a uma clara definição de categorias e de conceitos, bem como uma seleção criteriosa de casos, com vista a uma afirmação teórica (Lijphart, 1971; Perea e Crespo, 1999; Happaerts, 2009).

Podemos distinguir basicamente duas estratégias no desenho da pesquisa comparativa: a comparação de variáveis (*variable-oriented*) e a comparação de casos (*case-oriented*) diferindo no tipo de conhecimento que se procura obter (Ragin, 1987; Porta, 2008).

A primeira abordagem propõe alcançar generalizações baseadas na análise das relações entre variáveis insistindo na busca de parcimónia. Procura-se reconhecer, normalmente através de metodologias quantitativas, quais os padrões dominantes dentro da multiplicidade de configurações que uma visão mais ampla de determinado fenómeno proporciona, de forma a testar as hipóteses derivadas de uma teoria geral.

A segunda abordagem visa um conhecimento mais denso dos casos, pelo que requiere necessariamente uma análise de um número reduzido de casos. Através de métodos qualitativos procura-se perceber unidades complexas através de uma descrição mais aprofundada de algumas instâncias de determinado fenómeno, socorrendo-se de

muitas variáveis. A teoria contribui para a interpretação histórica e a identificação dos principais fatores causais. No entanto, deve-se ir para além da mera observação e descrição dos casos, confrontando proposições analíticas com os dados obtidos para o teste ou construção de novas teorias.

Em ambas as estratégias o maior problema não é encontrar variáveis associadas aos efeitos, mas antes distinguir quais as variáveis, teórica e empiricamente, relevantes. A escolha da estratégia norteia o tipo de dados a recolher. Independentemente da abordagem escolhida, a investigação pode beneficiar da integração de metodologias quantitativas e qualitativas (ver por exemplo Ragin, 2000; Brady e Collier, 2004; entre outros).

A seleção de casos é um dos desafios na condução de uma pesquisa comparativa. Esta deve ter implícita uma intencionalidade, ou seja, não está limitada à representatividade da amostra do universo a analisar estatisticamente, ela deve ser adequada de forma a conseguir captar as variantes com interesse teórico (Gerring, 2007). A capacidade do investigador proceder à recolha de dados, testar associações e traçar inferências é normalmente decisiva na escolha dos casos.

A escolha rigorosa dos conceitos é fundamental para o desenho e delimitação da pesquisa bem como na construção do próprio discurso científico, pois a construção de proposições teóricas é feita com base em conceitos. Conforme afirma Giovanni Sartori “quanto melhores forem os conceitos, melhores são as variáveis que deles derivam”<sup>2</sup> (Sartori, 1984: 10). Tendo tal em conta, Sartori (1970, 1991, 1994) enfatiza alguns dos riscos em que o investigador pode incorrer na formação de conceitos: a) paroquialismo - o desprezo por conceitos e teorias já estabelecidos; b) classificações erradas - agregação de casos de pesquisa não adequados ao conceito desenvolvido; c) gradualismo - dificuldade em escolher entre continuidades e dicotomias; e por último, d) ‘estiramento’ conceptual - alargamento excessivo do significado dos conceitos.

Na análise de estudos de caso, Przeworski e Teune (1970: 31-46) distinguem duas lógicas no desenho da sua estratégia. Por um lado, a comparação entre sistemas que são, o mais possível, similares, ou seja, que partilham um número elevado de atributos possíveis (*Most Similar Systems Designs*). Esta opção por sistemas similares

---

<sup>2</sup> Tradução própria.

baseia-se no Método da Diferença (*Method of Difference*) descrito por John Stuart Mill em *A System of Logic* (1843), e procura comparar casos que partilham circunstâncias, maioritariamente, similares onde determinado fenómeno social ocorre, mas também aqueles onde este não se manifesta (Bleijenbergh, 2010). Este método procura conseguir um maior controlo das variáveis semelhantes e, ao mesmo tempo, isolar as diferenças que possam apontar causas potenciais.

Por outro lado, a comparação pode ser feita entre sistemas que diferem o mais possível (*Most Different Systems Designs*). Este método é uma variação do Método da Concordância (*Method of Agreement*), também desenvolvido por J. S. Mill, através do qual se comparam casos distintos onde ocorre o mesmo fenómeno. Segundo Przeworski e Teune (1970) este método permite, perante uma amostra de casos com diferentes variáveis contextuais, verificar quais as correlações entre eles. Apesar da diversidade de configurações, a descoberta de uma relação entre duas ou mais variáveis, que se repete em todos os casos, pode indicar uma relação causal entre essas variáveis (Hopkin, 2002).

Tanto uma abordagem, como a outra, apresentam algumas questões que são consideradas problemáticas no desenho da pesquisa, entre elas:

- a) a omissão de uma variável relevante para a pesquisa pode levar a que fatores causais importantes sejam excluídos originando conclusões erradas;
- b) uma inadequada seleção de casos em termos de diversidade ou representatividade, impossibilita o estabelecimento de relações de causalidade válidas;
- c) a ausência de avaliação probabilística;
- d) a complexidade dos fenómenos, que ao apresentarem uma multiplicidade de causas, dificultam a aplicação da lógica da eliminação invocada pelos métodos.

Charles Ragin usa o método da diferença de Stuart Mill para refletir acerca da existência de causas múltiplas conjunturais (*multiple conjunctural causation*) na análise comparativa (Ragin, 1987: ix-xi). Para este autor a complexidade dos fenómenos sociais deve-se não só à quantidade de variáveis a considerar, mas porque diferentes condições causalmente relevantes podem ser combinadas de diversas formas (idem: 26). Normalmente assume-se que um resultado tem múltiplas causas e que a combinação de diferentes condições, ou fatores causais, produz resultados semelhantes em diferentes contextos. No entanto há que considerar, ainda, que diferentes combinações de

condições, ou a ausência de alguma das condições, podem levar a distintas explicações causais.

Sumariamente, o ponto de partida da análise comparativa é o interesse do investigador em explicar as semelhanças ou diferenças observadas entre casos contribuindo para o desenvolvimento, confirmação ou reformulação de hipóteses ou teorias. No entanto têm existido diversas abordagens teóricas em diferentes disciplinas científicas, o que torna pertinente a sua discussão no domínio das políticas urbanas.

### **3. A pesquisa comparativa em políticas urbanas de desenvolvimento**

Face às transformações que têm vindo a ocorrer nas sociedades contemporâneas, nomeadamente as resultantes dos processos de globalização, as cidades têm procurado responder aos desafios de várias ordens (social, política, económica) que se lhes apresentam ensaiando novas políticas e novos modelos de governança urbana.

Na tentativa de fugir ao declínio ‘pós-industrial’ ou ‘pós-rural’ muitos centros urbanos passaram a atuar como unidades territoriais segundo lógicas de competitividade, assumindo-se como atores, políticos, económicos e sociais, privilegiados, através da construção de múltiplas redes e parcerias transnacionais (Borja e Castells, 1997).

A nível europeu, o interesse de intervir politicamente no ordenamento do território<sup>3</sup>, em particular no contexto urbano (Atkinson, 2001)<sup>4</sup>, manifestou-se em especial a partir da década de 1990, em resultado da crescente perceção das mudanças em curso e das disparidades entre cidades e regiões, conjuntamente com o alargamento da União Europeia e o intuito de fortalecer as relações externas da Comunidade com os países vizinhos (CEC, 1999). Diversos estudos e documentos estratégicos<sup>5</sup>, e posteriores

---

<sup>3</sup> As comunicações *Towards an urban agenda in the European Union* (CEC, 1997) e *Sustainable urban development in the European Union: a framework for action* (CEC, 1998) foram determinantes para a aprovação de política comum de ordenamento do território expressa na *European Spatial Development Perspective* (ESDP) (Commission of the European Communities, 1999).

<sup>4</sup> Sobre a evolução da política urbana da UE ver o estudo levado a cabo pela presidência alemã. Van den Berg *et al.* (2004) *National Urban Policies in the European Union*, Euricur Report for the Dutch Ministry of the Interior and Kingdom Relations, Rotterdam.

<sup>5</sup> Como por exemplo EC (2007), *The State of the European Cities Report*. EC, DG Regio; EC (2009), *Promoting sustainable urban development in Europe – achievements and opportunities*. Brussels;

iniciativas comunitárias<sup>6</sup>, para além de demonstrarem a importância das cidades para o desenvolvimento territorial europeu, delinearão respostas políticas específicas para os problemas urbanos, com enfoque na regeneração de certas áreas urbanas, competitividade e crescimento económico, coesão social, sustentabilidade e qualidade de vida.

A implementação e coordenação das políticas urbanas e os novos modelos e modos de governação são alguns dos temas que contribuíram para aumentar interesse em aprofundar o conhecimento sobre as políticas de distintas cidades (Sellers, 2005), ou descobrir mecanismos causais e a compreensão dos processos de mudança política, económica e social (Pierre, 2005).

Partindo do ensaio de Jan Nijman (2007), a investigação comparada ao nível urbano visa desenvolver o conhecimento, compreensão e a confirmação de hipóteses sobre o que é comum, mas também sobre o que é específico de cada cidade ou processo urbano. O estudo das políticas urbanas é entendido, neste ensaio, enquanto a análise sistémica dos processos políticos onde intervêm uma diversidade de atores sociais e cujas ações tem repercussões nas cidades.

Neste contexto, a construção de um quadro analítico comum, que compreenda categorias e indicadores válidos e mensuráveis nos distintos contextos, enfrenta alguns problemas importantes. Segundo Kantor e Savitch (2010) o quadro teórico subjacente deverá compreender:

- uma teoria geral que oriente a análise, fornecendo proposições que possam ser testadas e dedutíveis para análise comparativa;
- a definição de categorias comuns, conceitos ou variáveis que possam ser medidos em todos os casos;
- a utilização de comparações consistentes ao longo de todo o trabalho.

O estudo das políticas urbanas tem sido objeto de várias disciplinas, informadas por uma diversidade de conceitos que procuram dar conta das

---

European Commission, Directorate (2011) *Cities of tomorrow - Challenges, visions, ways forward*. General for Regional Policy; EC (2010) *Fifth Report on Economic, Social and Territorial Cohesion*; entre outros.

<sup>6</sup> Em 1990, foram estabelecidos os primeiros projetos urbanos designados *Urban Project Pilot* que apesar dos recursos limitados demonstraram o potencial de sucesso da ação da UE à escala urbana. Na sua continuidade surgiram outras iniciativas financiadas por fundos estruturais nomeadamente os projetos URBAN e URBACT.

transformações que estão a ocorrer nas cidades e que delineiam a agenda política e as práticas de planeamento urbanas. Estudos recentes privilegiam abordagens integradas, procurando dar conta dos diferentes fatores que influenciam o desenvolvimento das cidades e das políticas e estratégias de planeamento que o norteiam, e para as quais contribuem os conceitos de desenvolvimento e governança urbana.

De modo geral, as perspetivas teóricas do desenvolvimento contrapõem uma visão estruturalista, com enfoque nas macroestruturas, a uma visão construtivista, orientada para a agência (Pieterse, 2010). A relação entre estrutura e agência é fundamental nas diversas abordagens teóricas que procuram explicar o desenvolvimento urbano, refletindo sobre os constrangimentos que resultam do quadro socioeconómico e cultural em que os atores definem as suas estratégias, interesses e ações, bem como na forma como estes influenciam os processos de mudança.

A nível europeu, as políticas de desenvolvimento têm acompanhado a evolução do próprio conceito de desenvolvimento, procurando substituir uma visão, exclusivamente, baseada no crescimento económico e progresso tecnológico, por um olhar multidimensional que procure responder ao novo contexto socioeconómico e político europeu.

Simultaneamente assistiu-se a uma mudança na perceção do espaço e do papel desempenhado pelos territórios nos processos de desenvolvimento. Desde meados dos anos 80, a valorização do local e dos recursos endógenos territoriais passou a ser o foco das iniciativas de desenvolvimento europeias em resposta às políticas ineficazes praticadas após as crises do petróleo da década de 1970 e o colapso das indústrias tradicionais (Barca, 2009, EC, 2010). O desenvolvimento local ganhou uma importância renovada nos debates acerca da coesão territorial e de sustentabilidade, como forma de reunir problemáticas como as diferenças entre rural/urbano, o desenvolvimento urbano, a desigualdade regional (Pieterse, 2010), a dicotomia global/local, as perspetivas de desenvolvimento endógeno e cultural, e os processos de planeamento estratégico.

Da vasta literatura sobre o desenvolvimento local salienta-se dois tipos de abordagem, a espacial e a cognitiva, a que correspondem diferentes conceitos teóricos que passaram a fazer parte também das estratégias locais de desenvolvimento. A abordagem espacial é desenvolvida através de conceitos como o de *milieu innovateur* (Aydalot, 1986; Camagni, 1991; Camagni e Maillat, 2006); distritos industriais (Becattini, 2003; Belussi, 1996), bairros ou clusters culturais (Mommaas, 2004;

Bianchini, 1993), clusters criativos (Evans, 2009; Pratt 2004). A abordagem cognitiva remete-nos para conceitos como o de capital territorial (OECD, 2001; Luxembourg Presidency, 2005; Camagni, 2009); capital cultural (Bourdieu, 1986; Throsby, 2001) capital social (Coleman, 1988; Putman, 1993; Fukuyama, 1995) e capital humano (Becker, 1964; Lucas 1988; Romer, 1990; Glaeser, 2004, 2005; Florida 2002).

Para além de um amplo reconhecimento da importância de políticas de base local, a pesquisa acerca do desenvolvimento urbano proliferou, procurando, especialmente, refletir sobre: a) o papel das cidades no desenvolvimento nacional e regional, bem como na competição global; b) como se manifestam as principais dimensões do desenvolvimento (económica, social, cultural, ambiental); c) a importância de explicações históricas (*path dependency*) e das instituições na mudança política; e ainda, d) os modelos, instrumentos e condições de formulação e implementação de políticas urbanas e os atores neles envolvidos ou excluídos.

Muito dos estudos comparativos de políticas urbanas recorrem ao conceito de governança, comportando desde uma visão mais centrada no papel do estado na governação e decisão política (Treib *et al.*, 2007) até uma visão mais ampla que inclui as relações entre diferentes atores sociais e os padrões institucionais dos diversos modos de governança (Kooiman, 2003). A preferência pelo conceito de governança (*Governance*), em contraponto ao de governo (*Government*), sublinha o esbatimento da distinção entre estado e sociedade em resultado do desenvolvimento de novas formas de governação, a intensificação das parcerias público-privadas e a importância de políticas de coordenação em diferentes níveis, bem como o impacto crescente de instituições supranacionais.

A difusão deste conceito resultou, por um lado, da crescente fragmentação das atribuições e competências, tradicionalmente, pertencentes ao Estado central e, por outro, na ampliação das funções das autoridades locais, as quais foram sendo, cada vez mais, responsabilizadas pela promoção do emprego, geração de riqueza, melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e aumento da competitividade face a outros territórios. A esta conjuntura acresce os efeitos da presente crise financeira, a necessidade de reformar o setor público e as condicionantes dos mecanismos de mercado e os interesses

particulares de cada estado e da própria UE (Kohler-Koch e Rittberger, 2006; Börzel, 2007)<sup>7</sup>.

Alan DiGaetano e Elizabeth Strom (2003) distinguem 3 abordagens principais na investigação comparativa da governança urbana: i) estrutural; ii) cultural; iii) escolha racional. A perspectiva estruturalista preocupa-se com as estruturas, os processos histórica e materialmente enraizados de distribuição, conflito, poder e dominação, que condicionam, ou facilitam, a atividade dos agentes políticos, e em que os atores individuais não são totalmente capazes de determinar resultados políticos particulares (Lichbach, 1997). Por sua vez, a perspectiva culturalista considera como principal fator explicativo dos fenômenos políticos a cultura, analisando “sistemas de significado e a estrutura, e a intensidade, da identidade política” entre diferentes regiões geográficas (Ross, 1997: 43-44 in Ladman, 2003). Por último, a abordagem que se baseia no modelo de escolha racional cujo enfoque é o papel dos diferentes atores na ação coletiva, as ações e comportamentos dos indivíduos capazes de escolhas racionais e intencionais, com vista a obtenção de determinados fins, isto é, preocupam-se com os “processos coletivos e os resultados derivados da intencionalidade, ou as consequências sociais da ação racional individual” (Lichbach, 1997: 246).

Alguns investigadores defendem a opção por estratégias de análise integradas de forma a obter informação diversificada sobre os fatores e as lógicas e dinâmicas dos processos, aumentando, assim, o poder explicativo da pesquisa (ver por exemplo DiGaetano e Klemanski, 1999; John e Cole, 1998). Uma dessas estratégias é a abordagem multinível (*multilevel analysis*) (Sellers, 2002), que para além do estudo das políticas e dos governos locais, analisa as orientações políticas e comportamentos dos atores urbanos que intervêm nos processos, realizando inferências sobre as interações entre dois, três ou mais níveis de análise<sup>8</sup>. Atualmente, processos como a globalização, liberalização e europeização aumentam a complexidade e relevância teórica da utilização de vários níveis na investigação comparativa de políticas urbanas (Levi-Faur, 2006), dado que estas, apesar de atuarem a nível local, interligam-se na arena política

---

<sup>7</sup> Sobre as transformações na governança europeia ver por exemplo por Kohler-Koch, B. e Rittberger, B. (2006) “The 'Governance Turn' in EU Studies”, *Journal of Common Market Studies*, 44 Annual Review, pp. 27-49.

<sup>8</sup> O termo níveis de análise (*levels of analysis*) refere-se às unidades de análise na sua relação com contextos mais ou menos extensos (Denters e Mossberger, 2006).

internacional, obrigando a complexos processos de seleção de casos (Denters e Mossberger, 2006).

No âmbito das políticas europeias, o estudo da governança reflete a natureza multinível e institucional do sistema político europeu e a necessidade de avaliar os impactos das diferentes iniciativas e programas comunitários; o papel dos diferentes atores instituições e as diferenças entre contextos.

As redes no âmbito da governança têm sido, também, objeto de particular atenção como forma de reunir uma pluralidade de atores públicos e privados, formal ou informalmente, em arenas de interação negociada que contribuem para a produção de valor público (Torfing, 2007; Sørensen e Torfing, 2007).

No quadro teórico da análise política, as alterações no campo das teorias e práticas de planeamento contribuem para o entendimento dos processos de mudança que estão a ocorrer nas cidades e no modo como estas se tornaram centrais na definição de políticas de desenvolvimento. Ao considerar o planeamento como mais do que uma simples tradução das ideias políticas em ação, enfatiza-se os novos modos de governança e novos modelos integrados de ação política que procuram guiar o desenvolvimento físico, económico e social das cidades de acordo com as suas circunstâncias particulares.

As diferentes conceções de planeamento que tem surgido nas últimas décadas inter-relacionam-se com os planos estratégicos de desenvolvimento que têm sido implementados em muitas cidades. Conforme refere Patsy Healey (2007) o maior desafio da estratégias de desenvolvimento local é beneficiar das especificidades dos lugares e, ao mesmo tempo, escapar aos constrangimentos das condições locais - a sua história, o contexto institucional, a conjuntura socioeconómica ou resultados esperados. O planeamento é marcado pelas relações entre os diferentes atores, com interesses e objetivos próprios, em redes diversas. A análise dos processos de planeamento tem revelado um crescente interesse acerca das relações entre os atores envolvidos (ou excluídos) em diversas redes que refletem lógicas de poder, interesse e conflito, bem como acerca das estratégias discursivas construídas com base em múltiplas referências e significados, influenciadas por ideias, experiências materiais e representações dos lugares que são mobilizados nos processos de governança (Healey, 2007).

A maior parte da pesquisa na área dos estudos urbanos tem por base a apresentação de casos singulares, procurando através de uma maior riqueza de detalhe,

entender melhor as condições contextuais pertinentes para o fenómeno em estudo (Yin, 1994; Peters, 1998). Apesar de alguns autores não considerarem o exame de um único caso, num dado momento ou durante um período determinado como, propriamente, comparativo, este pode ser utilizado, numa perspetiva comparativa, para o desenvolvimento de hipóteses para a validação de uma teoria, ou ainda, como caso desviante, isto é, como “exceção à regra” (ver por exemplo Lijphart, 1971).

O volume de dados recolhido e o extenso número de variáveis em resultado da complexidade do fenómeno a estudar são um obstáculo à sistematização da informação e a uma avaliação parcimoniosa. O exame das políticas de desenvolvimento urbano em diferentes cidades é especialmente complexo pela extensão de variáveis a considerar, desde a diversidade de contexto político e institucional, situação socioeconómica, modos de governança, comportamento político dos seus cidadãos, posição nos sistemas urbanos nacionais, aos aspetos históricos e culturais, entre outros. A escolha das variáveis é determinante para obter uma explicação válida sobre diferenças ou semelhanças entre os diferentes casos. Esta deve prosseguir o objeto de estudo previamente determinado, como por exemplo, os resultados da aplicação de determinadas iniciativas ou programas políticos. Do mesmo modo, na recolha e processamento de dados deve existir um equilíbrio entre as condições disponíveis, e realmente pertinentes a investigar, e o objeto específico previamente definido (Almeida *et al*, 1994).

As cidades, enquanto entidades únicas, diferem em muitos aspetos porém, pode-se descobrir igualmente semelhanças institucionais significativas, bem como aspetos comuns na forma como se inserem na economia local e regional e, evidentemente, num plano mais global, permitindo estabelecer padrões de comportamentos ou trajetórias semelhantes de mudança (Pierre, 2005). Por outro lado, e segundo Sellers (2002), se tivermos em conta que, as cidades fazem parte de sistemas institucionais, nacionais ou supranacionais, pode-se estabelecer interessantes comparações transnacionais, através do controle integral das políticas nacionais ou de fatores relacionados com a cultura política.

Em suma, a opção pela comparação de estudos de casos advém do interesse por abordagens mais interpretativas dos fenómenos urbanos (Mahoney e Rueschemeyer, 2003; Bennett e Elman, 2006; Gerring, 2004). Através de descrições densas (*dense narratives*) com recurso a um extenso número de variáveis (Landman, 2003; Porta,

2008) pretende-se explorar semelhanças e diferenças entre os diferentes casos selecionados.

Para além do interesse em perceber, ou interpretar, casos específicos pelo seu valor intrínseco, existe também um propósito de clarificar as relações causais responsáveis pelas semelhanças e diferenças observadas. Como foi proposto por Ragin (1987) a causalidade deve ser entendida conjunturalmente, isto é, os resultados são analisados em termos de intersecções de condições, assumindo que diversas combinações de condições podem produzir um certo resultado.

O planeamento e as políticas públicas urbanas espelham as problemáticas que as cidades atravessam na atualidade, no entanto estas não podem ser replicadas indistintamente de lugar para lugar, pois refletem, nomeadamente, a forma como o poder local se articula através dos modos de governança com os interesses de mercado e as aspirações da sociedade civil e a relação entre as dinâmicas socioculturais e as condições económicas.

#### **4. A análise de políticas de cultura em pequenas e médias cidades europeias através da comparação de estudos de caso**

“Culture is both a means to and the end of development” Amartya Sen (Nobel da Economia em 1998)

Nas últimas décadas, o pensamento acerca do desenvolvimento dos territórios deixou de centrar-se exclusivamente na sua dimensão económica para incorporar uma visão mais holística onde se reconhece a importância da cultura para o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 1982, 1996; World Bank, 1999, 2000; Hawkes, 2001; OCDE, 2005; Sen, 2004; Young, 2008)

No contexto urbano, a cultura passou, também, a fazer parte da agenda política de algumas cidades europeias, no âmbito de estratégias de reestruturação e regeneração urbana sendo-lhe reconhecido um papel, cada vez mais importante, como forma de responder aos atuais desafios e à crescente exigência de competitividade e reestruturação económica de cidades e regiões (Moulart, Rodrigues, Swyngedouw, 2003; Power e Scott, 2004; Evans, 2001).

A divulgação de diversas experiências localizadas, apresentadas como casos de sucesso, bem como, a publicação de diversos relatórios e estudos que atestam a

importância económica do sector cultural e criativo para a economia dos territórios, fez com que este tipo de práticas fosse replicado por todo o mundo, expressando, por um lado, a ambição destas cidades se afirmarem competitivamente num mundo cada vez mais global, e por outro, a necessidade de captação de recursos dos governos regionais, nacionais ou supranacionais (Amin, 2002; Healey, 2007).

As estratégias culturais de desenvolvimento urbano, de modo geral, têm como denominador comum a expectativa de obter efeitos sinérgicos, que se traduzam em ganhos económicos mas também sociais, culturais e ambientais. Ao conjugar a valorização dos recursos endógenos e especificidades locais, com a captação de recursos externos visam a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos; a afirmação de uma imagem positiva e o reforço da identidade dos lugares; e a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento de projetos criativos e inovadores.

A necessidade de operacionalizar em termos de investigação o uso do conceito de cultura obriga a uma clarificação do mesmo, apesar da consciência que apenas uma visão mais holística e multidisciplinar permitirá captar a diversidade e as dinâmicas que os processos contemporâneos de desenvolvimento compreendem. Assim, partindo de uma definição mais geral, enquanto sistemas de normas, valores e representação de uma comunidade, o uso do termo cultura nestes processos contempla a sua compreensão enquanto:

- contexto, o quadro onde a ação coletiva é construída e os processos de desenvolvimento são negociados e implementados pelos diferentes atores;
- recurso, material e/ou imaterial, para o planeamento e desenvolvimento dos territórios;
- instrumento, de mobilização das estruturas e atores locais e de legitimação política.

Tendo em mente o quadro teórico, que a temática da cultura e das políticas de desenvolvimento solicitam, em especial na sua interligação com o planeamento urbano, procedeu-se à definição da pergunta de partida, escolha do objeto de estudo e determinação da metodologia apropriada.

Deste modo, e de forma a responder à questão norteadora “Qual é o papel da cultura nas estratégias de desenvolvimento urbano, especialmente nas pequenas e médias cidades europeias?”, procurar-se-á examinar criticamente, e de forma

comparativa, os processos de definição, enunciação e implementação de políticas e estratégias em diferentes cidades europeias.

O enfoque nas pequenas e médias cidades europeias surge da constatação de que a maioria dos estudos neste âmbito se centram nos processos que estão a ocorrer nas grandes cidades e metrópoles, dada a concentração e diversidade de recursos e a capacidade de empreenderem novas estratégias capazes de reverter a sua condição atual. No entanto, muitas cidades de menor pequenas e médias cidades, nos últimos anos, têm vindo a adotar políticas baseadas neste imaginário que carecem de uma análise mais profunda. A sua preponderância no sistema territorial europeu em termos espaciais, e demográficos, e o esbatimento das fronteiras político-geográficas, em simultâneo, com a constatação do papel destes centros urbanos na mediação entre o rural e o urbano, entre zonas centrais e periféricas, ou/e entre o global e o local, contribuiu para o reconhecimento da sua importância para um desenvolvimento mais coeso e sustentável.

Um dos principais problemas, neste tipo de pesquisa, reside na dificuldade em encontrar evidências causais na relação entre cultura e desenvolvimento. Muitos são os indicadores estatísticos que procuram mensurar esta relação, procurando traduzir de forma aproximada a realidade, porém a complexidade do problema leva, por vezes, a uma certa extrapolação do seu significado.

Assim, dada a complexidade do tema e o número de variáveis a examinar, a abordagem comparativa de um número limitado, mas significativo, de casos afigura-se como a mais adequada de modo a captar a diversidade constitutiva do fenómeno e como forma de revelar aspetos singulares ou regularidades dos diversos processos políticos, bem como de contribuir para uma maior compreensão do papel das pequenas e médias cidades no quadro do desenvolvimento europeu e em especial através do reconhecimento e valorização da sua dimensão cultural.

A seleção dos estudos de caso, isto é, a escolha das cidades a comparar, seguiu diversos critérios. Primeiro, a sua dimensão e localização geográfica, considerando-se como objeto de análise as pequenas e médias cidades, especialmente aquelas que se encontram fora da área de influência das principais metrópoles e que se localizam em regiões intermédias no contexto europeu, ou seja, que não podem ser classificadas como predominantemente urbanas nem rurais. Dado que a nível europeu existem diferentes métodos para designar uma cidade quanto ao seu tamanho, considerou-se fatores adicionais à sua dimensão absoluta, privilegiando-se a posição relacional face ao

sistema espacial ou à hierarquia urbana que integram. As cidades a comparar participam, ainda, de projetos e redes desenvolvidas no âmbito de programas europeus, apoiados por fundos estruturais de desenvolvimento, e portanto, sujeitos às condicionantes e constrangimentos que decorrem do quadro regulador definido pelas instâncias europeias (Antalovsky *et al*, 2005), mas também do quadro legal e institucional de cada país. Teve-se igualmente em conta a tradicional divisão norte/sul, este/oeste e os modelos de poder centralizadores-descentralizadores que atravessam o discurso sobre o desenvolvimento e os sistemas políticos, de forma a perceber em que medidas estas configurações condicionam a ação política.

Apesar das dissemelhanças, estes centros urbanos compartilham uma agenda comum, consequência de um contexto de mudança e de adaptação a novos desafios face a nova economia baseada no conhecimento. Por conseguinte, os casos e estudo refletem a tentativa de prosseguir uma mudança de paradigma de desenvolvimento que, consoante os casos, pode ser designada de “pós-rural” ou “pós-industrial”, através de um enfoque na cultura, enquanto estratégia de desenvolvimento local.

A estratégia de pesquisa, em resultado dos novos modos de intervenção e planeamento urbano, pressupõe a análise relacional (Ward, 2010) com enfoque nos processos políticos e nos principais atores que neles intervêm, partindo da observação dos distintos contextos, a fim de dar conta da sua especificidade, diversidade institucional e divergências em termos evolução e desenvolvimento (Brenner, 2004), e dos contextos onde ocorrem (ver Figura 2).

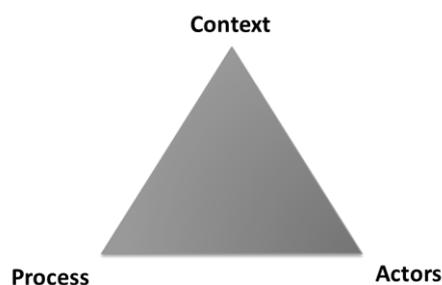


Figura 2 Modelo de análise

Assim, foram estabelecidas as seguintes linhas de análise a que correspondem diversas componentes:

1. Análise do contexto - que exige a compreensão em profundidade do contexto sociocultural, económico e político em que os diferentes atores atuam e com base nos quais definem as estratégias (Figura 3).

2. Análise dos atores - que tem como objetivo a identificação os atores envolvidos nos processos de definição e implementação das estratégias (instituições governamentais, organizações públicas e privadas, grupos de interesse, grupos comunitários, agentes de mudança, etc.). Nela se inclui a análise dos discursos, para um maior entendimento das relações de interesse, poder e exclusão, bem como dos processos de interação social, mediante os quais, as identidades sociais são construídas, negociadas e reveladas (Figura 4).

3. Análise de processos - que pretende descrever os processos políticos (conceitos, visa, objetivos, argumentos); modelos de governança (iniciativas governamentais/não-governamentais; modelo administrativo centralizado/descentralizado); instrumentos de política (de regulação, suporte, etc.); e modos de coordenação e de implementação (processos participativos, parcerias, redes, mecanismos de resolução de conflitos, etc.) (Figura 5).

Tendo em conta a existência de múltiplas e sobrepostas escalas de ocorrência das atuais transformações urbanas e dos processos políticos europeus, é necessário prosseguir uma abordagem multinível que compreenda o nível local, intermédio (autoridades regionais/nacionais) e europeu.



Figura 3 Análise do contexto

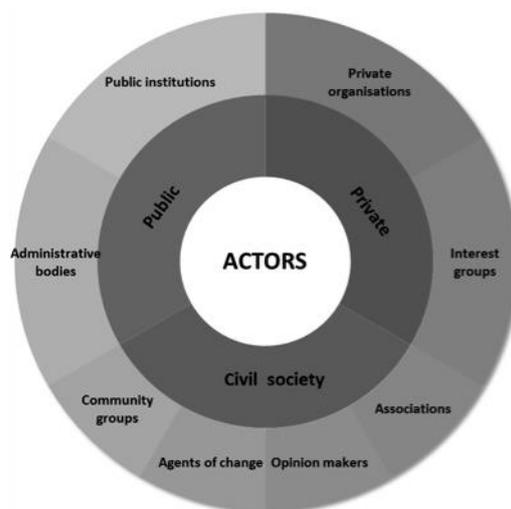


Figura 4 Análise dos atores



Figura 5 Análise dos processos

Em suma, é indispensável apreender, à luz de proposições teóricas, as dinâmicas entre diferentes atores, contextos, entre as forças estruturais e a capacidade de governação para além da descrição crítica dos planos desenvolvidos por cada cidade (Healey, 2007; Reimer e Blotevogel, 2012).

## **5. Conclusão**

A complexidade do estudo das políticas de desenvolvimento de cidades, faz com que seja fundamental reforçar este debate através de análises comparativas de casos, de modo a revelar aspetos únicos ou regularidades, dos diferentes processos políticos, bem como obter uma diferente perceção dos processos atuais de desenvolvimento no contexto territorial europeu.

No entanto, o desenho da investigação deve ser objecto de particular atenção de modo a ter consciência dos constrangimentos e benefícios que este tipo de análise compreende. Ao longo das últimas décadas um conjunto significativo de literatura surgiu em diversas disciplinas refletindo sobre o uso do método comparativo e os procedimentos teóricos que orientam a pesquisa empírica.

No âmbito das políticas urbanas a comparação de estudos de caso tem como objetivo fornecer uma descrição válida e aprofundada dos fenómenos sociais que afectam as cidades, ao mesmo tempo que procura responder, ou testar hipóteses, sobre questões de relevância teórica e prática sobre os mesmos.

A dificuldade proceder comparações significativas de contextos distintos e obter generalizações a partir destas, apesar das políticas de governação serem cada vez mais definidas por organismos internacionais como a União Europeia, pode permitir testar teorias que expliquem determinado fenómeno social comum às cidades escolhidas (Kantor e Savitch, 2010) ou apontar para a relação entre variáveis. Para tal contribui a clarificação do quadro teórico, os casos seleccionados, bem como a estratégia de pesquisa escolhida de forma a obter informação diversificada e assim aumentar o poder explicativo.

A ligação entre o conceito de cultura e o de desenvolvimento é fundamental na análise das práticas e processos que resultam das mudanças socioeconómicas e políticas que afetam, atualmente, as cidades. A tomada de decisão e ação política local depende, não só das circunstâncias socioeconómicas, culturais e históricas, mas também da

capacidade de ação e de interação entre os diferentes atores, em diferentes níveis, bem como da percepção e da apropriação que estes fazem dos processos.

A desenvolvimento urbano que explicitamente lida com questões de cultura é definido dentro de uma mudança mais ampla para compreender processos urbanos de formas que transcendem as tradicionais categorias de análise. Por exemplo, em estudos urbanos, os autores implantado conceitos como capital cultural de Bourdieu (Zukin, 1995) ou cunhado termos como economia política cultural (Jacobs e Fincher, 1998), a fim de entender a reestruturação dos espaços urbanos e identidades.

Este tipo de análise apela para diferentes teorias e conceitos e exige um olhar multidisciplinar. Neste ensaio, procurou-se refletir sobre a aplicação do método comparativo a um número reduzido de centros urbanos, de pequena e média dimensão em diferentes países da União Europeia de forma a dar conta como do papel que a cultura tem assumido no desenvolvimento destas cidades.

Procurou-se fundamentar a escolha do objeto de estudo, ao salientar a relevância das pequenas e médias cidades no contexto territorial europeu e na percussão da agenda urbana europeia para um desenvolvimento mais coeso e sustentável.

Foi ainda proposto enquanto estratégia de pesquisa uma abordagem relacional que entrecruze os contextos das diferentes cidades com os processos políticos e os principais atores que neles intervêm. Não esquecendo, no entanto, que estes acontecem e atuam em redes e níveis que se interligam.

## 6. Bibliografia

- Almeida, João Ferreira de (1994), “Metodologia da pesquisa empírica”. In João Ferreira de Almeida *et al* (coord), *Introdução à sociologia*, Lisboa: Universidade Aberta, pp.193-199
- Amin, Ash (2002), “Ethnicity and the multicultural city: Living with diversity”, *Environment and Planning A*, 34, 959-980.
- Antalovsky, E.; Dangschat, J. S.; Parkinson, M. (eds.) (2005). *European Metropolitan Governance*, Wien: Europaforum Wien.
- Atkinson R., 2001, “The emerging Urban Agenda and the European Spatial Planning Perspective: towards an CEC urban policy”, *European Planning Studies*, (9) 3, pp. 385-406
- Aydalot, P. (1986) *Milieux innovateurs en Europe*. Paris: GREMI.
- Barca F., (2009) “An agenda for a reformed Cohesion Policy. A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations” Independent Report prepared at the request of Danuta Hübner, Commissioner for Regional Policy.
- Becattini G. (2003), *Industrial Districts. A New Approach to Industrial Change*, Cheltenham: Edward Elgar.
- Becker, Gary S. (1964, 1993, 3rd ed.). *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*. Chicago: University of Chicago Press.
- Belussi, F. (1996), “Local systems, industrial districts and institutional networks: towards a new evolutionary paradigm of industrial economics”, *European Planning Studies*, (4) 1, pp. 5-26.
- Bennett, Andrew e Elman, Colin (2006) “Recent developments in case study methods”, *Annual Review of Political Science*, 9, pp. 455–476.
- Bianchini, F. (1993) “Remaking European Cities: The role of cultural policies”. In Bianchini, F. e Parkinson, M. eds. (1993) *Cultural Policy and Urban Regeneration*, Manchester UP, Manchester.
- Bleijenbergh, I. (2010). “Case selection”. In A. Mills, G. Durepos, & E. Wiebe (Eds.), *Encyclopedia of case study research*, pp. 62-64. Thousand Oaks, CA: Sage
- Böhme K., Doucet Ph., Komornicki T., Zaucha J., Świątek D. (2011) “How to strengthen the territorial dimension
- Borja, J. e Castells, Manuel (1997). *Local & Global: Management of Cities in the Information Age*, London: Earthscan.
- Bourdieu, Pierre (1986), “The Forms of Capital”. In Richardson, John G., ed., *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, New York: Greenwood.
- Brady, Henry E. e Collier, David C. (eds.) (2004). *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*, Lanham, Md.: Rowman e Littlefield.
- Brenner, Neil (2004), *New State Space: Urban Governance and the Rescaling of Statehood*. Oxford: Oxford University Press.

- Camagni, R. (2009), "Territorial capital and regional development". In R. Capello and P. Nijkamp (eds.) *Handbook of Regional Growth and Development Theories*. pp.: 118-132, Northampton, Mass.: Edward Elgar Publ.
- Camagni, R. (Ed.) (1991), *Innovation Networks: Spatial Perspectives*, Belhaven Press: London, New York.
- Camagni R. e Maillat D. (eds.) (2006), *Milieux innovateurs: théorie et politiques*, Economica, Paris
- CEC – Commission of the European Communities (1999), *ESDP – European Spatial Development Perspective. Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the EU*, approved by the Informal Council of the Ministers responsible for Regional/Spatial Planning of the European Union. Luxemburg: European Communities.
- Collier, David (1991), "The Comparative Method: Two Decades of Change". In Rustow e Erickson, (eds.), *Comparative Political Dynamics*, New York: Harper Collins, pp. 7-31.
- Coleman, James S. (1988), "Social Capital in the Creation of Human Capital", *American Journal of Sociology*, 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, pp. S95 S120.
- Denters, Bas e Mossberger, Karen (2006) "Building blocks for a methodology for comparative urban political research", *Urban Affairs Review*, 41 (4): 550–71.
- DiGaetano, Alain e Klemanski. John (1999), *Power and city governance*. Minneapolis: Univ. of Minnesota Press.
- DiGaetano, Alain e Strom, Elizabeth (2003), "Comparative urban governance: An integrated approach". *Urban Affairs Review*, 38, pp. 356-96.
- EC - European Commission (2010) *Cohesion policy support for local development: Best practice and future policy options*. European Commission.
- Evans, G. L. (2009), *From Cultural Quarters to Creative Clusters – Creative Spaces in the New City Economy*. Acesso: [http://www.citiesinstitute.org/londonmet/fms/MRSite/Research/cities/079-cultural\\_quarters\\_and\\_urban\\_regeneration-090722-evans.pdf](http://www.citiesinstitute.org/londonmet/fms/MRSite/Research/cities/079-cultural_quarters_and_urban_regeneration-090722-evans.pdf).
- Evans, G. L. (2001), *Cultural Planning: An Urban Renaissance?*, London: Routledge.
- Fukuyama, F. (1995), "Social capital and the global economy". *Foreign Affairs* 74, 89–103.
- Florida, Richard (2002), *The Rise of the Creative Class*. Basic Books, New York.
- Gerring, John (2007), *Case Study Research. Principles and Practices*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 17-63.
- Gerring, John (2004) "What Is a Case Study and What Is It Good for?", *American Political Science Review*, 98 , pp. 341-354.
- Glaeser, E. L. (2004) *Review of Richard Florida's The Rise of the Creative Class last accessed on May 26, 2005*. Acesso: [http://post.economics.harvard.edu/faculty/glaeser/papers/Review\\_Florida.pdf](http://post.economics.harvard.edu/faculty/glaeser/papers/Review_Florida.pdf) (Maio 2009)

- Glaeser, E. L. (2005), *Smart Growth: Education, Skilled Workers and the Future of Cold-Weather Cities*. Cambridge, MA: Harvard University, Kennedy School, Policy Brief PB-2005-1.
- Happaerts, Sander (2009), *The Use of Comparative Analyses for Sustainable Development*, Institute for International and European Policy (K.U.Leuven) – Working Paper n°11  
[www.steunpuntdo.be/papers/Working%20Paper%2011\\_Happaerts.pdf](http://www.steunpuntdo.be/papers/Working%20Paper%2011_Happaerts.pdf).
- Hawkes, J. (2001), *The Fourth Pillar of Sustainability: Culture's Essential role in Public Planning*. Melbourne: Cultural Development Network.
- Healey, Patsy (2007). *Urban Complexity and Spatial Strategies. Towards a Relational Planning for our Times*, New York: Routledge.
- Hopkin, Jonathan (2002), “Comparative Methods”. In David Marsh e Gerry Stoker (eds), *Theory and Methods in Political Science*, New York: Palgrave MacMillan, 2nd edition, pp. 285-267.
- Jacobs, J.M. e Fincher, R., (1998) “Introduction”. In R. Fincher e J.M. Jacobs (Eds.), *Cities of Difference*. Guilford, New York, pp. 1–25.
- John, Peter, e Cole, A., (1998), “Urban regimes and local governance in Britain and France: Policy adoption and coordination in Leeds and Lille. *Urban Affairs Review* 33, pp. 382-404.
- Kantor, Paul e Savitch, H. (2010), “The Politics of City Regions in Comparative Perspective”, *Métropoles*, 7. Acesso: <http://metropoles.revues.org/4284>
- Kantor, Paul e Savitch, H. (2005) “How to Study Comparative Urban Development Politics: A Research Note”, *International Journal of Urban and Regional Research*, Blackwell Publishing, 29 (1), pp. 135 – 151.
- King, Gary; Keohane, Robert; Verba, Sidney (1994) *Designing social inquiry*. Princeton: Princeton University Press.
- Kohler-Koch, B. e Rittberger, B. (2006) “The 'Governance Turn' in EU Studies”. *Journal of Common Market Studies* (44), Annual Review, pp. 27-49.
- Kooiman, Jan (2003). *Governing as governance*. London: Sage.
- Landman, Todd (2003), *Issues and Methods in Comparative Politics: An Introduction*, London: Routledge.
- Lucas, R. (1988) “On the Mechanics of Economic Development,” *Journal of Monetary Economics*, 22, p. 3–42.
- Levi-Faur, D. (2006), “A Question of Size? A Heuristic for Stepwise Comparative Research Design”, In Benoît Rihoux e Heike Grimm (eds.), *Innovative Comparative Methods for Policy Analysis*, New York: Springer/Kluwer, pp. 43-66.
- Lichbach, M. (1997). “Social Theory and Comparative Politics”. In M. Lichbach e A. Zuckerman (eds), *Comparative Politics: Rationality, Culture, and Structure*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 239-276.
- Lijphart, Arend (1971) “Comparative Politics and the Comparative Method”. *The American Political Science Review*, V. 65 (3), pp. 682-693.

- Luxembourg Presidency, 2005, *Scoping document and summary of political messages for an assessment of the Territorial State and Perspectives of the European Union, towards a stronger European territorial cohesion in the light of the Lisbon and Gothenburg ambitions*. (Endorsed for further development by the Ministers for Spatial Development and the European Commission at the Informal Ministerial Meeting on Regional Policy and Territorial Cohesion, 20 and 21.5.2005, Luxembourg).
- Mahoney, James e Goertz, G. (2006), "A Tale of Two Cultures: Contrasting quantitative and qualitative research", *Political Analysis*, 14, pp. 227-249.
- Mahoney, James e Rueschemeyer, D. (2003), *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mill, John Stuart (1872 [1843]), *A System of Logic, Ratiocinate and Inductive: Being a Connected View of the Principles of Evidence, and the Methods of Scientific Investigation*, London: Longmans, Green.
- Mills, Melinda (2008) "Comparative Research". In L. M. Given (Ed.) *The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods*, Thousand Oaks, CA: Sage, pp. 100-103.
- Mills, Melinda; Bunt, Gerhard G. van de; e Bruijn, Jeanne de (2006), "Comparative Research Persistent Problems and Promising Solutions", *International Sociology*, 21, 5.
- Mommaas, H. (2004). "Cultural clusters and the post-industrial city: Towards the remapping of urban cultural policy". *Urban Studies*, 41(3), 507-532.
- Moulaert, Frank; Rodriguez, Arantxa; Swyngedouw, Erik (2003), "Large scale urban development Projects, Urban Dynamic and Social Polarisation". In Moulaert, Frank; Rodriguez, Arantxa; Swyngedouw, Erik (2003) *The Globalized City, Economic Restructuring and Social Polarization in the City*. Oxford: Oxford University Press.
- Nijman, J. (2007), "Introduction: Comparative urbanism", *Urban Geography*, 28, pp. 1–6.
- OECD (2005), *Culture and Local Development*, OECD, Paris.
- OECD (2001). *Territorial Outlook 2001*, Organization for Economic Cooperation and Development, Paris.
- Perea, Eva A.; Crespo, Ismael; Lago, Mónica M. (1999), "La cotrastación de hipótesis", *Metodologia de la Ciència Polítics*, 28, pp.105-123.
- Peters, B. Guy (1998), *Comparative politics: Theories and methods*, New York: New York University Press.
- Pierre, Jon (2005), "Comparative Urban Governance. Uncovering Complex Causalities". *Urban Affairs Review*, 40 (4), Sage Publications.
- Pieterse, Jan Nederveen (2010). *Development theory: Deconstructions / reconstructions*. London: Sage Publications Ltd. (2nd Edition).
- Porta, Donatella della (2008) "Comparative analysis: case-oriented variable-oriented research", in Porta, Donatella della e Keating (eds) *Approaches and Methodologies in the Social Sciences. A pluralist Perspective*, Cambridge University Press, pp. 198-222.

- Power, Dominic e Scott, Allen John (Eds) (2004) *Cultural Industries and the Production of Culture*. New York: Routledge.
- Pratt, Andy C. (2004), "The cultural economy: a call for spatialized 'production of culture' perspectives", *International journal of cultural studies*, 7 (1), pp. 117-128.
- Przeworski, A. e Teune, H. (1970), *The Logic of Comparative Social Inquiry*, New York: Wiley-Interscience.
- Putnam, Robert D. (1993), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Princeton: Princeton University Press.
- Ragin, Charles C. (2000) *Fuzzy-set social science*, London: University of Chicago Press.
- Ragin, Charles (1997), "Turning the tables: how case-oriented research challenges variable-oriented research", *Comparative Social Research*, 16, pp. 27-42.
- Ragin, Charles C. (1981), "Comparative Sociology and the Comparative Method.", *International Journal of Comparative Sociology* (22) 102. pp. 102-120.
- Ragin, Charles (1987), *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley: University of California Press.
- Ragin, Charles C. e Becker, Howard Saul (1992). *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*, Cambridge University Press.
- Reimer, M. e Blotvogel, H. H. (2012). "Comparing spatial planning practice in Europe: A plea for cultural sensitization" *Planning Practice & Research*, 27(1).
- Romer, Paul M. (1990). "Human capital and growth: Theory and evidence", *Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy*, 32(1), pages 251-286, January.
- Sartori, Giovanni (1994) "Comparación y método comparativo", in G. Sartori, L. Morlino (org.) *La comparación en las ciencias sociales*, Madrid: Alianza, pp. 29-49.
- Sartori, Giovanni (1991), "Comparing and Miscomparing", *Journal of Theoretical Politics*, 3 (3), pp. 243-257
- Sartori, Giovanni (1984) "Guidelines for concept analysis". In Sartori, Giovanni, *Social Science Concepts. A Systematic Analysis*, Beverly Hills: Sage, pp. 15-85.
- Sartori, Giovanni (1970) "Concept misformation in comparative politics", *American Political Science Review*, 64 (4), pp.1033-53.
- Sellers, Jefferey (2005), "Re-Placing The Nation: An Agenda for Comparative Urban Politics" *Urban Affairs Review*, V. 40, No. 4, pp. 419-445
- Sellers, Jefferey (2002) "The nation-state and urban governance: Toward multilevel analysis". *Urban Affairs Review*, 37 (5), pp. 611-41.
- Sen, A. (2004), "How Does Culture Matter?". In Rao e Walton (eds.) *Culture and Public Action*. Stanford: World Bank/Stanford University Press.
- Smelser, Neil (1976), *Comparative methods in the social sciences*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

- Smelser, Neil J. (1966), "Notes on the Methodology of Comparative Analysis of Economic Activity", *Transactions of the Sixth World Congress of Sociology* (2), pp. 101-117. Evan: International Sociological Association.
- Sørensen, Eva e Torfing, Jacob (2007), "Governance Network Research: Towards a Second Generation". In Sørensen, Eva e Torfing, Jacob (eds.) *Theories of democratic network governance*. Basingstoke, Houndmills: Palgrave.
- Throsb, David (2001), *Economics and Culture*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Torfing, Jacob (2007), "A comparative and multi-level analysis of governance networks: A pilot study of employment policy". In P. Bogason e M. Zølner (eds) *Methods in democratic network governance*, Houndsmill, Basingstoke: Palgrave MacMillan.
- Treib, Oliver; Bähr, Holger e Falkner, Gerda (2007), "Modes of governance: towards a conceptual clarification", in *Journal of European Public Policy*, 14:1, pp. 1-20
- UNESCO (1982), *Mexico City Declaration on Cultural Policies*, World Conference on Cultural Policies, Mexico City, 06 August 1982. Acesso: [http://portal.unesco.org/culture/en/files/12762/11295421661mexico\\_en.pdf/mexico\\_en.pdf](http://portal.unesco.org/culture/en/files/12762/11295421661mexico_en.pdf/mexico_en.pdf).
- UNESCO (1996), *Our Creative Diversity*, World Commission for Culture and Development, UNESCO Publishing, Paris, 1996. Acesso: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001055/105586e.pdf>.
- Ward, Kevin (2010) "Towards a relational comparative approach to the study of cities", in *Progress in Human Geography*, 34, PP. 471-487
- World Bank (1999), *Culture in Sustainable Development: Investing in Cultural and Natural Endowments*. Proceedings of the Conference sponsored by the World Bank and UNESCO, held at the World Bank, Washington, DC, September 28 and 29, 1998.
- World Bank (2000), *Culture Counts: Financing Resources and the Economics of Culture and Sustainable Development*. Proceedings of the Conference held in Florence, Italy, October 4-7, 1999.
- Yin, R. K. (1994), *Case study research: design and methods*, London: Sage Publications.
- Zukin, Sharon (1995), *The cultures of cities*. Oxford: Blackwell.